

Ciência

Aids faz brasileiro viver menos

■ A longevidade média da população seria 5,3 anos maior

FLAVIA SEKLES
Correspondente

WASHINGTON – A expectativa de vida no Brasil seria 5,3 anos maior em 1996 não fosse pelo impacto da Aids na taxa de mortalidade nacional, segundo um cálculo do Bureau do Censo dos Estados Unidos, divulgado num relatório do Banco Mundial. A expectativa de vida dos brasileiros, que foi de 61,6 anos, teria sido de 66,9 anos se não houvesse a doença. E, se nada for feito para controlar a propagação da epidemia, o Bureau do Censo ressalta que o impacto da Aids como redutor da expectativa de vida do brasileiro crescerá para 7,4 anos até o ano 2010.

Karen Stanecki, a diretora do departamento de projeções internacionais do Censo disse que o impacto da Aids na expectativa de vida é maior do que o de outras doenças, como o câncer. "A Aids tem um impacto tão grande porque a mortalidade ocorre principalmente entre adultos jovens", disse.

Em outros países analisados pelo Censo, como o Zimbábue e a África do Sul, o impacto da Aids na expectativa de vida varia de acordo com a prevalência da doença entre a população. Os sul-africanos tiveram uma redução de 7 anos na expectativa de vida por causa da doença. No Zimbábue, onde a Aids tem suas raízes e um número muito maior da população está infectado, a redução é de 22,2 anos. Já a Tailândia teve uma redução de 2 anos na expectativa de vida.

O impacto da Aids também é maior nos países que sofreram um aumento na expectativa de vida, an-

A epidemia no mundo



AFP/Arte JB



Paris – AP

Piot, da ONU, (D) anunciou os novos dados com Bernard Kouchner.

tes da epidemia. "Como o Brasil fez avanços maiores na área de saúde do que outros países em desenvolvimento, a Aids tem um impacto maior na redução da expectativa de vida no país do que no Haiti ou na Guiana – países que têm uma concentração muito maior de infectados", disse Martha Ainsworth, uma das autoras do relatório do Banco Mundial.

Início – A epidemia da Aids no Brasil, segundo análise do Banco Mundial, ainda está numa fase relativamente inicial de sua evolução. Ou seja, a situação ainda pode piorar. A expectativa de vida para 2010, se nada for feito para controlar a disseminação da doença, é de 65,1 anos. Se a Aids não existisse e o país continuasse tendo avanços na qualidade de vida e no tratamento de outras doenças, a expectativa seria de 72,5 anos.

De acordo com o Banco Mundial, o Brasil é considerado um país onde a Aids é concentrada, assim co-

mo em mais da metade dos países da América Latina e nos Estados Unidos. Apenas dois países da região, o Haiti e a Guiana, têm epidemias generalizadas, e seis nações têm epidemia nascente. A epidemia concentrada significa que o vírus HIV já atingiu altos níveis entre a população que apresenta comportamento de risco – homossexuais e usuários de drogas injetáveis –, mas ainda não afeta profundamente a população geral. A epidemia é generalizada quando mais de 5% das mulheres estão infectadas, segundo o Banco Mundial.

Grave – A epidemia é muito mais grave do que se imagina, principalmente nos países em desenvolvimento. A conclusão está no último relatório do Programa das Nações Unidas para a Aids (Unids), divulgado na tarde de ontem durante a Jornada Mundial contra a Aids, em Paris, na França. Mas o estudo enfatiza que

na América Latina ainda há tempo de se conter a propagação do vírus HIV.

Segundo representantes da Unids e da Organização Mundial de Saúde (OMS), a gravidade da epidemia se deve ao fato de que somente um entre cada dez soropositivos sabe que está infectado pelo vírus. O estudo prevê, também, um aumento preocupante da doença até o ano 2000. A probabilidade é que, no 2000, mais de 40 milhões de pessoas estarão infectadas.

"A cada dia, cerca de 16 mil pessoas são contaminadas em todo o mundo. O problema é que substituímos a epidemia. A impressão de que ela já terminou ou que está sendo contida é completamente falsa", ressalta Peter Piot, diretor executivo da Unids, que anunciou os dados com Bernard Kouchner, ministro júnior da Saúde da França. O relatório revela que entre os cerca de 30 milhões de contaminados, 1,3 milhões

vivem na América Latina e 310 mil no Caribe.

Apesar de a incidência da doença na América Latina ser inferior à registrada na América do Norte ou Sul da Ásia, o estudo destaca que mais de 90% das pessoas infectadas em todo o mundo vivem em países em desenvolvimento. Na África Sub-Saariana, por exemplo, existem cerca de 20,8 milhões de soropositivos.

Coquetel – Por outro lado, nos países industrializados a Aids está sendo combatida com êxito e o número de casos vem diminuindo sensivelmente. Representantes da Unids revelam que o fenômeno se deve ao uso do coquetel de drogas, à melhora dos tratamentos e às campanhas de prevenção.

Na América do Norte, Europa Ocidental, Austrália e Nova Zelândia, os novos medicamentos reduzem a velocidade de evolução da doença nas pessoas contaminadas.

Na Europa Ocidental – onde 30 milhões de pessoas estão infectadas –, houve uma diminuição de cerca de 30% de novos casos de Aids. Na Grécia e em Portugal, o número de infectados se manteve estável. Nos Estados Unidos, em um ano, houve uma redução de 6% nos casos.

Outro problema que vem preocupando os programas para a Aids é a proliferação de casos entre crianças e adolescentes. Desde 1980, quando foi detectada a doença, cerca de 3,8 milhões de crianças já foram infectadas pela doença.

Por outro lado, mais de 8 milhões de crianças menores de 15 anos não infectadas pelo vírus são órfãos de pai ou de mãe mortos pela Aids. As previsões do relatório indicam que este número será duplicado até o ano 2000. A África Sub-saariana, por exemplo, registra o número mais alto dos órfãos da Aids: 7,8 milhões de crianças.

Des Moines, EUA – AP



Kenneth, o maior dos gêmeos, já respira sem o auxílio de aparelhos.

TV americana
exibe séptuplos

DES MOINES, EUA – Os únicos séptuplos vivos do mundo apareceram ontem na televisão americana pela primeira vez. O segundo dos gêmeos saiu do respirador mecânico e seus pulmões já funcionam sozinhos.

O programa *Dateline NBC* exibiu o primeiro vídeo dos sete bebês, que nasceram há uma semana, mexendo-se em suas incubadoras, entre aparelhos de monitoria e tubos plásticos. "Foi terrível. Depois do parto, senti como se tivesse renascido", contou Bobbi McCaughey, mãe dos bebês, lembrando a 29ª semana de gravidez. Os bebês nasceram logo depois das 30 semanas e Bobbi estava de cama desde a 9ª semana. Antes de dar à luz, Bobbi estava com a barriga duas vezes maior do que a de uma grávida normal.

Bobbi contou que, na hora de fazer a cesariana, estava apavorada. "Eu não tinha a menor idéia do que iria acontecer", lembrou. Mas, quando ouviu pela primeira vez os bebês chorando, "gritei mais alto que eles", disse.

A mãe também disse que, após o nascimento dos bebês, quando foi visitá-los na unidade de tratamento intensivo de prematuros, chegou perto de cada um e falou "que os amava".

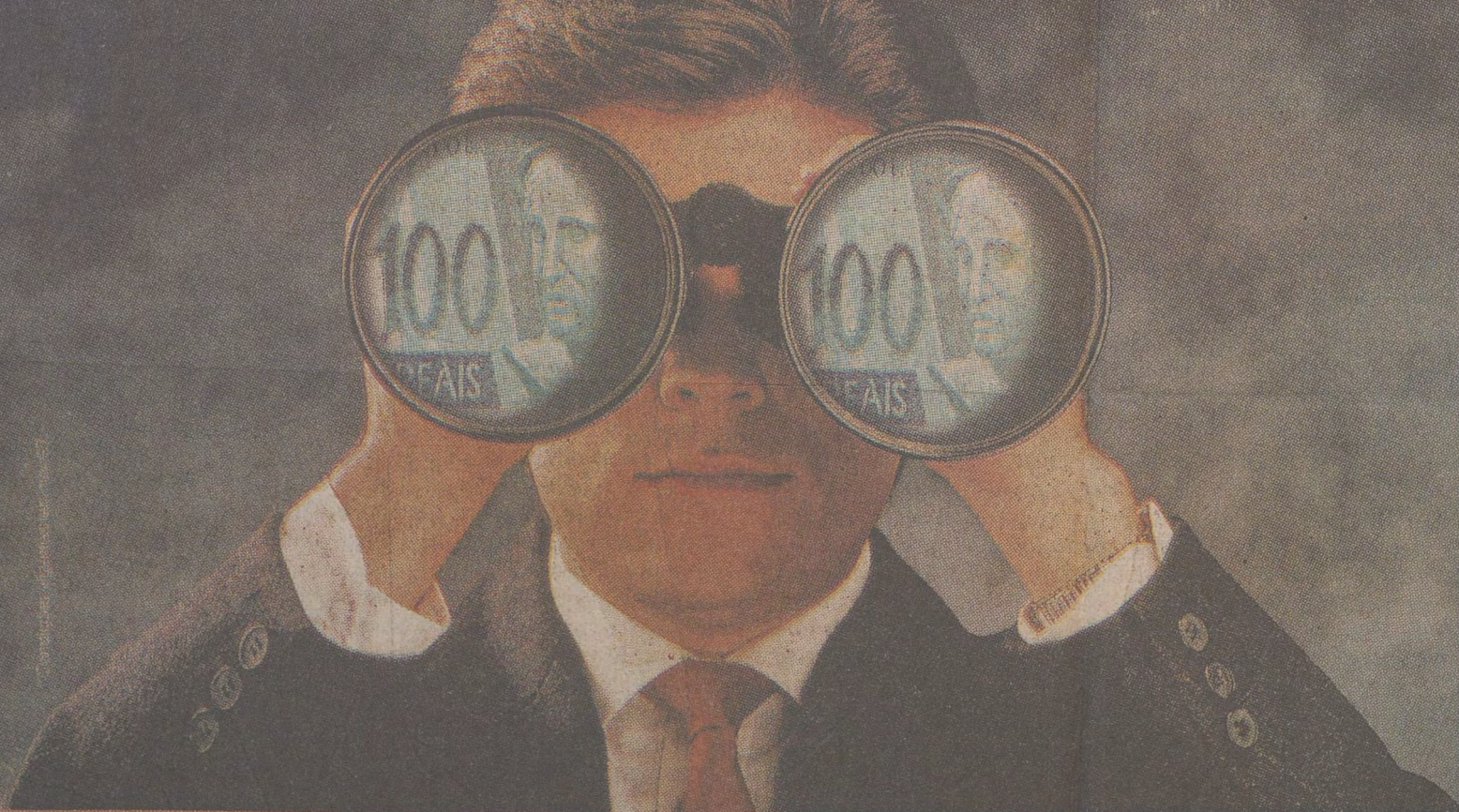
A rede de televisão também transmitiu partes de um vídeo amador mostrando o pai, Kenny McCaughey no momento em que avisou à família que os bebês tinham nascido. "Quatro garotos, três garotas, todos saudáveis", disse, juntando as mãos para mostrar o tamanho dos bebês.

Quando a ultra-sonografia revelou que Bobbi estava com sete fetos no útero, ela ficou chocada. "Senti muito medo", disse.

A obstetra Paula Mahone, que fez o parto, sugeriu que se abortasse alguns dos sete fetos para aumentar as chances de sobrevivência dos outros e evitar riscos maiores para Bobbi. Mas a grávida não deixou. "Eu acredito que a vida começa no momento da concepção. Se eu escolhesse entre alguns dos fetos, teria que conviver com isso pelo resto da vida", afirmou.

Algumas horas antes da entrevista ir ao ar, o hospital informou que Natalie Sue, que pesava 1,2 quilos na hora do nascimento, já conseguia respirar sem aparelhos. O mais forte dos gêmeos, Kenneth, também já respira sozinho.

Os médicos acreditam que os outros cinco bebês estarão respirando sem aparelhos nos próximos dias.

O banco
que tem a melhor linha de crédito
rotativo para pequenas empresas
do Brasil

BB-Credicheckue

Agora, quando seus clientes pagarem a perder de vista, você vai poder ver a cor do dinheiro na hora. É só usar o BB-Credicheckue, a linha de crédito para capital de giro com pré-datados como garantia. O contrato é assinado uma única vez e tem validade por 180 dias*. As taxas são as mais competitivas. Basta procurar o gerente da sua agência Banco do Brasil. E o BB guarda seus cheques com toda a segurança e deposita na data acertada. BB-Credicheckue. Bom para quem compra, melhor ainda para quem vende.

<http://www.bancobrasil.com.br>

BB-Responde 0800 78 5678



BANCO DO BRASIL
O banco do Brasil

Opinião

O QUE ELES DIZEM



Jacques Chirac

“Gostaria de mostrar minha felicidade de receber o presidente do México, Fernando Henrique Cardoso”

(Jacques Chirac, presidente da França, numa gafe durante encontro entre os dois presidentes na Guiana Francesa. Ontem no JB)

“Minha identificação com a população é maior do que a que o presidente está tendo. Isso é inegável”

(Antônio Carlos Magalhães, presidente do Senado, afirmando que o aumento de imposto de renda desejado pelo governo é insuportável para o povo. Ontem no JB)

“O Exército tinha que dar uma resposta imediata”

(Hélio Borges, coronel, sobre a operação que cercou 12 mortos do Rio para recuperar 2 fuzis roubados. Ontem no JB)

“Televisão sempre foi um trabalho de equipe”

(Roberto Irineu Marinho, vice-presidente Executivo da TV Globo, relativizando o papel de José Bonifácio de Oliveira Sobrinho na implantação do padrão Globo de qualidade. Ontem no JB)

“Tenho orgulho de ter feito a Globo”

(José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, ex-vice-presidente de Coordenação Estratégica da TV Globo, sobre a perda do cargo. Ontem no JB)



José Bonifácio de Oliveira Sobrinho

CÉSAR MAIA

O estado privado

A poucos dias das licitações com vistas à privatização da Conerj – empresa estadual responsável pelo transporte de barcas na Baía de Guanabara – e do Metrô, uma grave preocupação salta aos olhos, aos corações e às mentes: a enorme probabilidade de todos – é bom frisar: Todos... TODOS – os transportes coletivos e corredores de tráfego da região metropolitana do Rio passarem para as mãos de um consórcio privado. A falta de cuidado na definição das restrições de acesso às licitações poderá produzir, em pouco tempo, o pior dos mundos. Afinal, todas as semanas há razões para que o noticiário enfoque a concentração do transporte coletivo nas empresas de ônibus e o funcionamento cartelizado deste mercado. Imaginem se esta situação for expandida para todo o transporte metropolitano?

A licitação das barcas incorpora um conjunto de linhas potenciais entre municípios e dentro do município do Rio, que dará ao consórcio vencedor o monopólio da concessão destas linhas. Mas isto não é o mais grave. O consórcio mais forte na licitação é formado pelas empresas Andrade Gutiérrez, João Silva, Jacob Barata e a empresa de ônibus 1001. A Andrade Gutiérrez, sozinha ou acompanhada, controla a Ponte Rio-Niterói e as rodovias Rio-São Paulo, Rio-Minas e Via Lagos. Ou seja, controla todos os acessos à região metropolitana do Rio. João Silva controla o transporte de catamarãs entre Niterói e Rio e é um forte empresário na área de ônibus, destacando-se as linhas entre Niterói e Rio. O empresário Jacob Barata, através de cruzamentos diversos, tem a maior participação no mercado de transportes de ônibus no Grande Rio. A 1001 é a maior empresa de ônibus intermunicipal do antigo Estado do Rio.

Já na licitação do Metrô, o mesmo consórcio se repete. De novo a Andrade Gutiérrez se associa ao empresário Jacob Barata e, agora, ao Grupo Lavourea, um dos três mais importantes no transporte de ônibus na região metropolitana. Da mesma forma, e com base na Andrade Gutiérrez, o consórcio adaptado prepara-se para disputar a licitação da Flumitrens. É claro que a posição atual de mercado destas empresas consorciadas altera o valor efetivo do objeto da licitação, porque incorpora a expectativa de lucro em função do custo de oportunidade de fazer ou não fazer funcionar, de aumentar ou diminuir a oferta deste ou daquele serviço rodoviário, coletivo ou de massa, de forma a maximizar os seus ganhos gerais. A cada licitação vencida aumenta o valor do potencial a ser aplicado na licitação seguinte, em função do controle cruzado do transporte coletivo, do transporte de massa e dos acessos à região metropolitana do Rio. Com isso, nem a dinâmica dos investimentos pretendida estará assegurada, na medida em que serão pautados pelo interesse de rentabilidade do conjunto consorciado.

Como as licitações ainda não foram realizadas – mas serão nos próximos dias – urge que o interesse público e a racionalidade prevaleçam e que os editais sejam reconstruídos com as limitações necessárias de participação, para não se sair do purgatório do monopólio estatal e se entrar no inferno do monopólio privado.

Ex-prefeito do Rio

VERISSIMO

Eva

Na velha questão sobre a origem da humanidade, eu defendo o meio-termo. Um empate entre Darwin e Deus. Aceito a tese darwiniana de que o Homem descende do macaco, mas acho que Deus criou a mulher. E nós somos a consequência daquele momento mágico em que o proto-homem, deslocando-se de galho em galho pela floresta primeva, chegou na planície de Eden e viu a mulher pela primeira vez.

Imagine a cena. O homem-macaco de boca aberta, escondido pela folhagem, olhando aquela maravilha: uma mulher recém-feita. Como Vênus recém-pintada por Botticelli, com a tinta fresca. Eva espreguiçando-se à beira do Tigre. Ou era o Eufates? Enfim, Eva no seu jardim, ainda úmida da criação. Eva esfregando os olhos. Eva examinando o próprio corpo. Eva retorcendo-se para olhar-se atrás e alisando as próprias ancas, satisfeita. Eva olhando-se no rio, ajeitando os longos cabelos, depois sorrindo

para a própria imagem. Seus dentes perfeitos faiscando ao sol do Paraíso. E o quase-homem babando no seu galho. E, com muito esforço, formulando um pensamento no seu cérebro primitivo. “Fêmea é isso, não aquela macaca que eu tenho em casa.”

Há controvérsias a respeito, mas os teólogos acreditam que quando Eva foi criada por Deus tinha entre 19 e 23 anos. E ela reinou sozinha no Paraíso por duas luas. E, instruída por Deus, deu nome às coisas e aos bichos. E chamou o rio de rio e a grama de grama, e a árvore de árvore, e aquele estranho ser que desceu da árvore e ficou olhando para ela como um cachorro, de Homem. E quando o Homem sugeriu que coabitassem no Paraíso e comessem outra espécie, Eva riu, concordou só para ter o que fazer, mas disse que ele ainda precisaria evoluir muito para chegar aos pés dela. E desde então temos tentado. Ninguém pode dizer que não temos tentado.

A municipalização da saúde

MARCELLO ALENCAR *

O problema não é só nosso. Em maior ou menor grau, atinge a todos os estados, em todos os níveis governamentais de gerenciamento – federal, estadual e municipal. Anos seguidos de políticas nacionais inconsistentes e metodologias deformadas, a que se juntam má administração e malversação de dinheiro público, que infelizmente ainda persistem, apesar do cerco que se faz, explicam a situação a que se chegou. O diagnóstico é sobejamente conhecido. A saúde vai mal. No caso específico do Rio, principalmente na capital, onde se concentra a maior parte das unidades públicas, a população convive há tempos com uma situação dramática. Sucessivas tentativas de implantar um sistema universal que atenda satisfatoriamente às necessidades mínimas dos cidadãos – como os SUS – envolvendo os três níveis de governo, têm esbarrado, no tempo e no espaço, em crescente empecilhos. A descentralização – municipalização da saúde, conforme estabelece a Constituição de 88 –, no entanto, apresenta-se como um revolucionário programa de saúde pública, que cabe aos estados, em harmonia com os municípios, implementar. Repousando num tripé, o sistema é um desafio de gerenciamento, cujo caudatário final é o município. E aí surgem muitas resistências.

Em períodos pré-eleitorais, a cada vez deflagrados com maior antecedência, esses problemas costumam aflorar em tintas carregadas, de forte conotação política. A técnica

consiste em confrontar sucessivas administrações, confundir as atribuições que cabem a cada nível governamental, para conduzir o discurso ao terreno estéril das comparações. É o que ocorre no momento no panorama da saúde do Rio de Janeiro.

Superadas as dificuldades iniciais na reorientação do papel do Estado, com a reforma administrativa que estamos implantando, e cujos frutos começam a ser colhidos, conseguimos muitos avanços na saúde. Reabrimos hospitais, como o da Posse, em Nova Iguaçu, através de convênio com o Ministério da Saúde. Fomos pioneiros na forma de contratação das cooperativas médicas, para vencer o histórico problema da lotação de pessoal nos hospitais. Assim também tem sido com a interiorização da Rede de Hemoterapia, com o Rio Transplante e com o estímulo à formação de consórcios intermunicipais de saúde. Nesse contexto, nos sentimos seguros na concepção do Programa Hospitalar em Locais Populares, em que propomos a terceirização da administração de um conjunto de hospitais estaduais, sem abdicar do papel de gestor do SUS. São exemplos que abrem caminho para iniciativas posteriores, em que procuramos reforçar o papel regulador do Estado e romper o círculo vicioso na abordagem retórica dos problemas da administração pública.

Numa tentativa de superar naturais barreiras na complexa matéria da municipalização do setor, encaminhamos ao Ministério da Saúde proposta de organização local da rede de saúde pú-

blica do estado, incluindo os hospitais federais, mas até agora não obtivemos resposta. Uma das preocupações foi que se estabelecessem claramente as atribuições de cada nível governamental. Só assim ficará explícito que segmento do tripé estará deixando de cumprir seu papel constitucional.

Note-se que, no fundo da polêmica em torno das ações do governo estadual, repousa uma concepção paternalista que atribui ao Estado todo-poderoso a resolução de todos os problemas que surjam na área da saúde. Nesse particular, temos procurado avançar com propostas mais próximas dos modelos autônomos de intervenção, em relação à sociedade. Ao contrário do que se possa imaginar, não há qualquer contradição com o preceito constitucional, que determina ao Estado prestar a assistência médico-sanitária à população. Mas, ao contrário, materializa esta condição nas estruturas temporárias de suporte das políticas públicas.

É necessário, por fim, diferenciar cada vez mais a noção de público da condição de estatal, inclusive porque, no setor de saúde, cerca de 80% da prestação de serviços de saúde já são executados pelo setor privado, embora este submeta, como o conjunto das demais unidades municipais, estaduais, federais e universitárias às normas e regulamentos do Sistema Único de Saúde.

Este é o grande desafio, do qual o governo do Estado do Rio de Janeiro não fugirá.

* Governador do Estado do Rio de Janeiro



Preconceito e racismo

DOC 058

FREI DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS*

Tomei conhecimento do jornal estudantil *O Indivíduo*, no seu número zero, de novembro de 1997. Antes de mais nada, quero dizer que o objetivo da Semana da Conscientização da Sociedade sobre o Negro foi e é justamente este: abrir o debate de maneira ampla, sincera e franca. É pena que os criadores do jornal não tenham participado ativamente de todos os momentos de reflexão e debates proporcionados pela semana, preferindo manifestarem-se à parte.

Há pelo menos 20 pontos do artigo contra a Semana da Conscientização, que acreditamos, sofrem de insuficiente conhecimento e pesquisa ou foram maliciosamente citados. Por exemplo, os três casos que seguem:

Em determinado ponto, o artigo ataca a “Semana da Consciência Negra, evento inspirado na ideia norte-americana do politicamente correto?”

A expressão “consciência negra” é fruto dos negros da África do Sul e não dos Estados Unidos na luta contra a segregação racial imposta pelos colonizadores. É uma expressão que revela uma atitude interior de assumir a cultura negra, posicionando-se contra o processo de assimilação ou embranquecimento impostos pelo sistema. A expressão “politicamente correto” é americana e bastante recente com relação à expressão “consciência negra”. Portanto, dizer que “consciência negra” é inspirada na ideia do politicamente correto é, no mínimo, uma violência à História. Como um fato de 30 anos atrás pode ter sido inspirado numa expressão recente?

No artigo, também está escrito: “Basta olhar para os negros brasileiros que, em termos de aceitação social, têm uma vida muito melhor do que a dos negros americanos – lá nos EUA existe racismo mesmo – querendo importar os problemas deles”.

O que é “aceitação racial”? O que é “vida muito melhor”? Por acaso, os rapazes já avaliam os dados do IBGE/PNAD de 1990? O que acham destes dados do governo: o salário médio nacio-

nal dos homens brancos é 6,3 salários mínimos, o dos afrodescendentes é igual a 2,9 salários mínimos, o das mulheres brancas corresponde a 3,6 salário mínimo, o das mulheres negras a 1,7 salários mínimos.

É justo, em pleno início do terceiro milênio, haver tamanha disparidade salarial? O que o governo e a sociedade têm feito para combater este mal pela raiz? Se os editores do jornal fossem afrodescendentes aceitariam isto de braços cruzados?

Para ficar no campo da educação, é preciso refletir sobre os seguintes dados: a população afrodescendente do Brasil corresponde a 44,3% do total da população nacional. No entanto, nas universidades públicas, não chega a 2,3% a percentagem dos afrodescendentes. O que tem feito a sociedade e o governo para mudar esta situação? Isto é verdadeira “aceitação social”? Esta “aceitação social” é benéfica para quem? Sociedades e pessoas que têm senso de justiça se acomodam e defendem este tipo de “aceitação social”?

O artigo também diz que “ação afirmativa (affirmative action mesmo) é uma prática evidentemente racista que consiste em garantir uma percentagem X de lugares para as minorias em certos meios dos quais elas se sentem excluídas, por exemplo, as universidades”.

A política de ação afirmativa foi aplicada pela Alemanha, Rússia e também os EUA. Ela tem por objetivo reparar injustiças históricas ou recentes contra determinados setores das suas sociedades. No Brasil ela já é aplicada há vários anos em várias situações:

Um exemplo é o salário-família, que visa completar um pouco mais o pequeno salário das famílias em função do número de filhos; outro, o salário-deficiente, para garantir a todos que fisicamente não podem competir no mercado de trabalho uma ajuda mensal; também entram nesta lista o salário-desemprego, que tem por objetivo garantir temporariamente a manutenção da família do desempregado.

Nas eleições, para compensar o fato de que os

partidos políticos brasileiros historicamente marginalizaram as mulheres, foi criada a lei exigindo que os partidos apresentem em, no mínimo, 20% das suas vagas, candidatas mulheres. Esta lei já entrou em vigor e o resultado está aí. Nas eleições de 92 existiam só 171 mulheres prefeitas. Com a lei, em 96, passou para mais de 300 o total de mulheres prefeitas. Em 92 existiam 1.672 mulheres vereadoras. Em 96, com a lei, passamos a ter mais de 5 mil mulheres vereadoras.

Onde está a discriminação? Nas mulheres que estão lutando por este espaço ou no sistema político machista brasileiro? É justa ou não a luta das mulheres?

Na questão dos afrodescendentes nas universidades, é honesta a omissão do governo e da sociedade frente à disparidade dos números do IBGE (44,3% dos brasileiros são afrodescendentes e só 2,3% estão nas universidades)? Ação afirmativa é o ideal? Acreditamos também que não. No entanto, apresente propostas melhores e eficazes que iremos mudar de opinião.

Sabemos o quanto é difícil coordenar uma comunidade acadêmica. A pluralidade é, cada vez mais, um fator determinante. Toda pluralidade deve ser exercida com responsabilidade. Os incidentes trazidos pelo jornal estudantil *O Indivíduo* mostram o quanto é urgente que todas as universidades brasileiras aprofundem com seu corpo docente e discente a questão pluri-étnica. Não dá para uma universidade séria entrar no terceiro milênio deixando seus alunos com uma visão superficial da questão racial brasileira.

Há 4 anos a Puc-Rio vem investindo, de maneira corajosa, séria e profética neste tema. As Semanas de Conscientização da Sociedade sobre o Negro, levadas adiante pela Puc-Rio, demonstram esta nova postura, bem como as bolsas de estudo cedidas, pela universidade, a mais de 150 jovens afrodescendentes participantes dos trabalhos educacionais da Baixada Fluminense, favelas e periferias do Rio de Janeiro.

* Frade Franciscano